

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR
INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE
MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES
PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM
PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES - CPIFUNDO**

**REQUERIMENTO Nº de 2015
(Do Sr. JOÃO RODRIGUES)**

Requer a Convocação do Sr. Antônio Carlos Conquista, presidente do Fundo de Pensão dos Funcionário do Banco do Brasil – PREVI, do Sr. Carlos Caesar, presidente do Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal – FUNCEF, para prestar esclarecimentos a esta comissão.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, do art. 2º da Lei 1.579/52 e dispositivos regimentais, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Senhor Antônio Carlos Conquista, presidente do Fundo de Pensão dos Funcionário do Banco do Brasil – PREVI, e do Senhor Carlos Caesar, presidente do Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal – FUNCEF, para prestar esclarecimentos a esta comissão.

JUSTIFICATIVA

Há tempos os Fundos de Pensão do nosso país vêm sendo investigados por desvio de recursos.

O escândalo dos fundos de pensão foi descoberto com a CPI dos Correios, criada em 2005, que apontou irregularidades na administração das empresas estatais e transferência ilegal de valores dos fundos de pensão, além de indícios de sua utilização para lavagem de dinheiro, entre os anos de 2000 e 2005, conforme relatório da sub-relatoria de Fundos de Pensão. Essa CPI, criada para investigar denúncias de irregularidades na estatal Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT ou simplesmente Correios), acabou descobrindo a existência de um esquema de transferência de vultosas quantias para parlamentares, empresas e empresários indicados pelo então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, chamado de Mensalão.

No percurso das investigações, surgiram denúncias envolvendo fundos de pensão de empresas estatais, revelando que a partir de 2003, mais de R\$ 100 milhões da poupança para a aposentadoria de 75 mil funcionários públicos foram parar na mão de operadores do Mensalão. Um bom pedaço da bolada havia sido desviada para paraísos fiscais do Caribe, e ajudou a pagar os pró-labores de Duda Mendonça, marqueteiro da campanha vitoriosa de Lula, em 2002. O publicitário confessou durante audiência na CPI ter recebido R\$ 10 milhões do PT, nas Ilhas Virgens.

Recentemente, as denúncias publicadas na imprensa afirmam que as irregularidades administrativas nessas entidades causaram rombos financeiros que agora terão de ser pagos pelos servidores das empresas às quais estão ligadas.

Do exposto, reputa-se a urgência iminente da vinda dos Senhores Antônio Carlos Conquista, presidente do Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, e Carlos Caeser, presidente do Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal – FUNCEF, para prestar esclarecimentos a esta comissão.

Sala das Sessões,

em de agosto de 2015.

Deputado JOÃO RODRIGUES